

A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO GEOGRAFICAMENTE DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO

Ricardo Divino de Oliveira Gomes ¹
Júlio Cesar Pereira Borges ²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo evidenciar como o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano esteve atrelado ao projeto de modernização do território brasileiro através da atuação do Estado, via políticas territoriais, desencadeando uma diferencialidade socioeconômica Norte x Sul. Tem-se como recorte temporal o período que vai de 1930 à 1985. Optou-se pelo recorte a partir de 1930 porque foi o momento em que ocorreu uma intensa atuação do Estado, via políticas territoriais, no território goiano. Para realização do proposto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, identificou-se que as políticas territoriais se materializaram, sobretudo, na parte centro-sul do território, o que reverberou na diferencialidade socioeconômica de Goiás.

Palavras-chave: Modernização do Brasil, Políticas Territoriais, Desenvolvimento Desigual, Goiás.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo el desarrollo geográficamente desigual del territorio de Goiás se vinculó al proyecto de modernización del territorio brasileño a través de la acción del Estado, a través de políticas territoriales, desencadenando un diferencial socioeconómico Norte x Sur. 1985. Se decidió cortar a partir de 1930 porque era el momento de una intensa acción del Estado, vía políticas territoriales, en el territorio de Goiás. Para la realización de la propuesta se utilizó la investigación bibliográfica y documental. Como resultado, se identificó que las políticas territoriales se materializaron, sobre todo, en la parte centro-sur del territorio, lo que repercutió en el diferencial socioeconómico de Goiás.

Palabras clave: Modernización de Brasil, Políticas territoriales, Desarrollo desigual, Goiás.

INTRODUÇÃO

Propõe-se nesse artigo discutir a relação sobre a produção territorial de Goiás no contexto da modernização do território brasileiro. Parte-se da premissa que a modernização territorial do Brasil ocasionou o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano. Destaca-se que essa modernização é aqui evidenciada pelo período que vai de 1930 à

¹Mestrando em Geografia pelo PPGEU da Universidade Estadual de Goiás-UEG, ricardoricgomes2409@gmail.com ;

² Professor doutor do curso de geografia da Universidade Estadual de Goiás-Unidade Pires do Rio e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina, jcesar.ueg@gmail.com ;

1985, período em que ocorreu – e ocorre - uma intensa atuação do Estado pelas vias das políticas territoriais no território goiano.

Pensar Goiás nesse período – sobretudo anterior a 1987 - implica considerar que se trata do território anterior a criação do estado do Tocantins. Tem-se como hipótese que a supracitada produção diferencial advém do processo de formação do território goiano, a qual, foi alicerçada nas políticas de desenvolvimento territorial do Brasil, proveniente da política de modernização do território. Tais políticas ocorreram de acordo com interesses e aliança entre a elite nacional e o capital externo. Essa aliança condicionou e adaptou o país a diversificadas situações e conjunturas, as quais, mediadas pelo Estado, orientou o capital pelo interior do Brasil.

É destaque neste período a atuação do Estado. Parte-se da premissa de que o Estado é o ente viabilizador, ator - pela via das políticas territoriais - dos projetos econômicos capitalistas. Sua atuação ao longo do tempo revelam os pactos de forças, e a instrumentalização do território para o proveito dos fundos territoriais por parte das grandes corporações internacionais.

Foi e, é assim com o desenvolvimento territorial de Goiás, onde as áreas de maior rentabilidade de capital são prontamente atendidas pelas políticas veiculadas pelo Estado. Nesse sentido, defende-se que ao agir sobre o território goiano o Estado cumpriu - e cumpre até hoje - a agenda da acumulação capitalista no Brasil.

Seguindo essa perspectiva, defende-se que as políticas territoriais que se processaram – e processam - em Goiás, acompanham interesses externos de exploração dos fundos territoriais do Brasil. Sendo assim, o entendimento dessa realidade cobra uma leitura das diversas conjunturas políticas e econômicas e sua ligação com os interesses externos, assim como, essa ligação orientou a ação do Estado, através das políticas territoriais no Brasil e em Goiás. Sendo assim, busca-se desvendar os elementos políticos e econômicos, decorrentes da modernização territorial do Brasil, que desencadeou a diferencialidade supracitada.

A relevância dessa análise, além da questão científica, é justificada pela sua contribuição na compreensão de como a política internacional e nacional interferiram - e ainda interferem - na formação territorial de Goiás. Ao passo que, permite entender como o projeto modernizador do Brasil acarretou o desenvolvimento geograficamente desigual do território de Goiás, inclusive na atualidade. Além disso, contribuir para incremento do debate relacionado a produção territorial e regionalização de Goiás.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento da proposta de pesquisa, foram realizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa documental foi realizada em acervos impressos e eletrônicos de instituições públicas e privadas tais como: relatórios de governo e documentos oficiais. No que tange a pesquisa bibliográfica foi pesquisado em livros, teses, dissertações e artigos sobre o processo de modernização do território goiano.

Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 1)

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram consultados autores tais como: Borges (2016), Eguimar Felício Chaveiro (2011), Wanderley Gonçalves Neto (1997), Nicos Poulantzas (1980), Claude Raffestin (1993), entre outros. Para proceder à investigação científica sobre a atuação modernizante do Estado brasileiro e a posteriori, do Estado de Goiás, bem como as diferenças regionais Sul X Norte de Goiás, foram realizados:

- Um levantamento bibliográfico básico dos principais referenciais teóricos;
- Pesquisa documental em acervos de variadas instituições;

REFERENCIAL TEÓRICO

Estado e Políticas Territoriais na Modernização Territorial do Brasil

É destaque nessa análise a atuação do Estado. Parte-se do pressuposto que o Estado é o ente viabilizador, ator, (pela via das políticas territoriais) dos projetos econômicos capitalistas. Sua atuação ao longo do tempo revelam os pactos de forças, e a instrumentalização do território para o proveito dos fundos territoriais por parte das grandes corporações estrangeiras.

O Estado moderniza o território através das ações sobre o espaço, impondo seus interesses e estabelecendo suas diretrizes, portanto, o Estado cria e recria o território, através das relações de poder. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. (...) Todos nós elaboramos diversas relações de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Sabe-se da complexidade da discussão do conceito de Estado no contexto da ciência geográfica, no entanto, optou-se por fazer uma discussão sobre o Estado a partir da perspectiva

de Nicos Poulantzas (1980), defendendo que esta permite o entendimento do papel do Estado na formação do território brasileiro, assim como do território goiano.

Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. (POULANTZAS, 1980, p. 45)

A afirmação de Poulantzas permite compreender que o Estado na sua condição de poder é o veículo direcionador de projetos econômicos no território. Nessa perspectiva, o Estado, como campo, é entendido como o ente viabilizador das estratégias de expansão capitalista pelo território brasileiro e goiano. Portanto, de suprir os interesses da elite nacional e do capital externo.

Ao fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial de Goiás está se referindo às transformações causadas pela ação propulsora do capital no Centro-Oeste brasileiro. “Na verdade, por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro” (ARRAIS, 2007, p.2).

Nessa perspectiva, defende-se que tais transformações promoveram uma reestruturação do território goiano, levando-o de uma estrutura hegemonicamente ruralizada para uma estrutura urbana, o que perpassou pelo modo de ser do goiano.

Tais transformações ocorridas no espaço goiano foram marcadas pela lógica das contradições econômicas e sociais dentro do capitalismo gerando o desenvolvimento desigual dessa porção a fim de atender aos interesses hegemônicos. Sobre essas transformações e o desenvolvimento desigual, Harvey afirma que:

Funções de produção constantemente mudam e o espaço geográfico do capitalismo se torna instável. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo, portanto, a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores (HARVEY, 2005, p. 83).

Seguindo a perspectiva de Harvey entende-se que as “Estruturas regionais têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o desenvolvimento geográfico desigual dentro do capitalismo.” (HARVEY, 2006b, p. 104).

Parte-se do princípio que esta interferência é condição e componente do projeto de modernização territorial do Brasil, que teve início na década de 1930. Esse projeto foi pautado primeiramente na expansão urbano-industrial do capital internacional e, no segundo momento, na política de reestruturação produtiva do capital. Acompanhando Castilho (2014), afirma-se que tal condição, leva ao entendimento que a ideia de modernização esteve atrelada à garantia da lógica hegemônica capitalista, portanto, da exploração e acumulação nas relações sociais de produção. Entende-se ainda que a modernização, pela via dos processos técnicos-produtivos e político-ideológicos, impôs uma realidade capaz de viabilizar essa garantia.

Para Chaul (2010) a década de 1930 se apresentou contrariando o que Goiás havia se constituído anteriormente, uma parte do território nacional de estrutura econômica e cultural ruralizada e comanda por oligarquias regionais chefiadas por grandes fazendeiros que, por deter o poder econômico se faziam lideranças política que, durante a Primeira República, comandavam Goiás. Estrutura que passou a ser questionada e criticada pelos idealistas da modernidade, os quais, tinham respaldo do governo nacional. As dicotomias (velho e novo, atraso e progresso, moderno e tradicional) centralizavam o debate político e econômico em Goiás. As forças progressistas foram vitoriosas e assume o comando do estado de Goiás direcionando-o para o projeto modernizador

A construção de Goiânia foi o ícone desse processo, constituindo-se como o símbolo da modernidade no interior do Brasil. Para Chaveiro (2001, p 38): “Goiânia passou a existir, plasmada no conflito entre o tradicional e o moderno, para dar vazão à criação de uma imagem de nação e elevar Goiás ao eixo econômico mais desenvolvido do país”. A arquitetura baseada na arte francesa cumpriu papel relevante na ideologia modernista em desenvolvimento em Goiás.

O contexto da modernização e a simbologia de Goiânia revelava a superação de um mundo rural, o qual, não respondia aos anseios capitalistas no Brasil. Portanto, era preciso superar essa condição. A política da Marcha para o Oeste, com o seu suporte modernizante foi efetiva para esse acontecimento. O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) promoveu uma reestruturação econômica do Brasil guiado pelo setor urbano-industrial. Reestruturação que atravessou Goiás, inserindo-o na dinâmica da modernização sob os preceitos da modernidade.

A ascensão do General Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950) trouxe ao Brasil uma nova configuração política e econômica. O governo Dutra tinha como centralidade a consolidação da “democracia” no Brasil e a orientação da política nacional para o atendimento dos interesses do capital externo, notadamente dos Estados Unidos da América, o que afetou a efetividade da

Marcha para o Oeste. Nessa condição, a interferência da política nacional em Goiás não se deu com tanta veemência, como foi no governo Vargas.

Vargas retorna à presidência do Brasil (1951 a 1954) encontrando uma realidade de crescimento do setor industrial e uma sociedade parcialmente urbanizada, assim como, a consolidação de importantes centros urbanos, notadamente – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Diante a essa realidade, coube a Vargas desenvolver um plano de governo que abarcasse essa mudança. Nessa condição, incluía-se a retomada da interiorização do desenvolvimento econômico nos moldes da “Marcha para o Oeste” que foi alijada pelo governo Dutra.

O Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, também conhecido como, Plano Láfer, cumpriu a retomada da interiorização do desenvolvimento urbano-industrial de Vargas. Segundo Borges (2016) esse plano cumpriu a retomada da interiorização do desenvolvimento urbano\industrial e foi direcionado ao investimento em indústrias de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura.

Pode-se afirmar que a industrialização continuou como centralidade no segundo governo de Vargas, principalmente na indústria de base e na infraestrutura, o que, garantiu uma futura expansão da indústria moderna, o que ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek.

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961), sistematizado pelo Plano de Metas, garantiu a expansão da indústria automobilística, da indústria pesada e de material elétrico estimulados pelos investimentos privados nacionais e internacionais. Porém, o maior feito desse governo foi a construção de Brasília, e a integração territorial, materializada pelo modal rodoviário.

Vale destacar que ambas interferiram diretamente na formação do território goiano.

As rodovias –BR-020, Brasília-Fortaleza, passando por Formosa; BR-040, Brasília- Sudeste, ligando Goiás a Minas e Espírito Santo; BR-050, Brasília-São Paulo, passando pelo Sudeste Goiano e Triângulo Mineiro; BR-060, Brasília-Mato Grosso e Paraguai, passando pelo Sudoeste Goiano; BR-153, Brasília-Belém, cortando Goiásde norte a Centro-Sul e se constituindo numa espécie de espinha dorsal de parte de Goiás e Tocantins (ainda Goiás) – garantiram que a integração nacional passasse obrigatoriamente por Goiás. (BORGES, 2016, p.98)

A condição de centro da integração territorial do Brasil fez com que Goiás chegasse aofim do governo de Juscelino Kubitschek intensamente modificado. O fato é que Goiás, da construção de Goiânia à construção de Brasília, passou por interferências que nunca

sofrera na sua história até aquele momento, o que levou a um nível de mobilidade que transformou significativamente a sua dinâmica socioeconômica e cultural.

No período de 1961 a 1964, o Brasil viveu uma fase crítica na história, culminando no fatídico Golpe de 1964. A diminuição das taxas de crescimento da economia, o aumento da taxa de inflação, o desarranjo político com a renúncia de Jânio Quadros, desenharam um cenário de difícil administração, portanto, de crise. Nesse cenário, o cerne do debate e do conflito político era o rumo econômico que o país deveria seguir: caminhar em direção ao nacionalismo proposto por Vargas ou continuar, e até mesmo acentuar a internacionalização da economia como orientava Juscelino Kubitschek. Essa condição colocou em conflito os setores de esquerda e conservadores, intensificados com a tentativa de golpe por parte dos conservadores ao tentar impedir a ascensão do vice-presidente João Goulart à presidência do país, como garantia à Constituição de 1946.

Com o fracasso do golpe, João Goulart assumiu a presidência, porém não contava com o apoio do congresso composto, em sua maioria, por representantes da burguesia agrária-exportadora, aliados das forças conservadoras e do capital internacional, os quais eram contrariados pelos ideais nacionalistas do então presidente. As forças dos opositores, figurados nos militares, impediram o contínuo de João Goulart com o golpe militar de abril de 1964.

O setor agrário brasileiro se constitui em um ponto de debate na política econômica desse período. Gonçalves Neto (1997) afirma que duas principais linhas de análise apontavam ou para a aplicação de uma reforma agrária, ou para a modernização das relações de produção, negando uma intervenção sobre a estrutura agrária do país. A segunda opção prevaleceu, e os governos militares assumiram a tarefa sem preocupação com os problemas sociais que afligiam o setor agrário na época.

Coerente se faz afirmar que o processo de modernização implantado no campo brasileiro pelos militares negou a proposta de uma reforma agrária, pelo contrário, priorizou o latifúndio e impediu a democratização do acesso à terra. O Estatuto da Terra foi o veículo crucial para essa realização, pois favorecia a propriedade capitalista da terra.

O fato a destacar, é a consolidação da modernização do campo no Brasil pelos governos militares. Condição que também consolidou Goiás na lógica da acumulação capitalista constituindo-se no território que mais sofreu intervenção política, econômica, social e cultural, pelo projeto de modernização territorial de Goiás.

Modernização territorial do Brasil e formação desigual do território goiano

As intervenções políticas do Estado modernizador no território goiano no período de 1930 a 1985, evidenciam sua articulação no desenvolvimento do capital no Centro-Oeste brasileiro, que se deu pela via da modernização do campo, por sua vez, atrelada ao projeto de industrialização e urbanização do Brasil. Tais políticas promoveram mudanças substanciais na configuração territorial de Goiás, como demonstram a tabela e os mapas constantes nos resultados.

Os dados também indicam uma redução da população rural e um crescimento da população urbana, tendência que se consolidou na década de 1980 e chegou aos dias atuais com 90,29% da população residente no setor urbano, segundo dados do IBGE (2010). Essa realidade assegura que a política de urbanização foi eficaz no Centro-Oeste brasileiro, com a característica predominante de esvaziamento do campo pela modernização, já que o crescimento da indústria em Goiás foi incipiente nesse período, como pode ser visto na tabela abaixo, portanto não se constituiu como um grande atrativo populacional.

Setores	1940		1950		1960		1970		1980	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Agropecuário ¹	215.372	78,6	297.216	82,2	436.382	74,8	523.783	60,4	501.216	39,4
Indústria	24.266	8,8	21.823	6,0	30.673	5,2	77.107	8,8	211.558	16,5
Serviços	35.177	12,8	42.851	11,8	124.421	21,3	249.441	29,8	562.093	44,1
Total	273.666	100	361.890	100	583.165	100	866.685	100	1.274.867	100

¹ inclui atividades extrativistas.

Fonte: SALGADO 2017.

A característica econômica do crescimento urbano em Goiás pode ser percebida pelo setor de serviços. Com a criação de Goiânia e o crescimento econômico de Anápolis, iniciou-se um processo de transformação da divisão regional do trabalho que saiu da atividade primária diretamente para a terciária, sem passar pela secundária. Dito de outro modo, Goiás não passou pela industrialização para se inserir na sociedade industrial que se consolidava no Brasil no mesmo período. Se no Sudeste brasileiro, a indústria alavancava o setor terciário no processo de urbanização da região; no Centro do país, o setor terciário chegou orientado pela indústria do Sudeste sem a exigência da sua instalação no território goiano e, esse setor, se tornou um forte elemento urbanizador da região, antes ainda da chegada da agroindústria em Goiás.

A sinuosidade da linha que delimita a evolução do setor agropecuário demonstrou a realidade da atividade no período. Embora já consolidada como principal atividade do estado, as intempéries da natureza, a dificuldade de atingir o mercado consumidor devido à precariedade do transporte garantiu a esse setor uma oscilação no crescimento. No entanto, foi o representante maior da economia goiana no período de 1930 até final da década de 1960, quando foi suplantado pelo setor terciário, era a economia urbana se consolidando como força maior em Goiás no pós-1970.

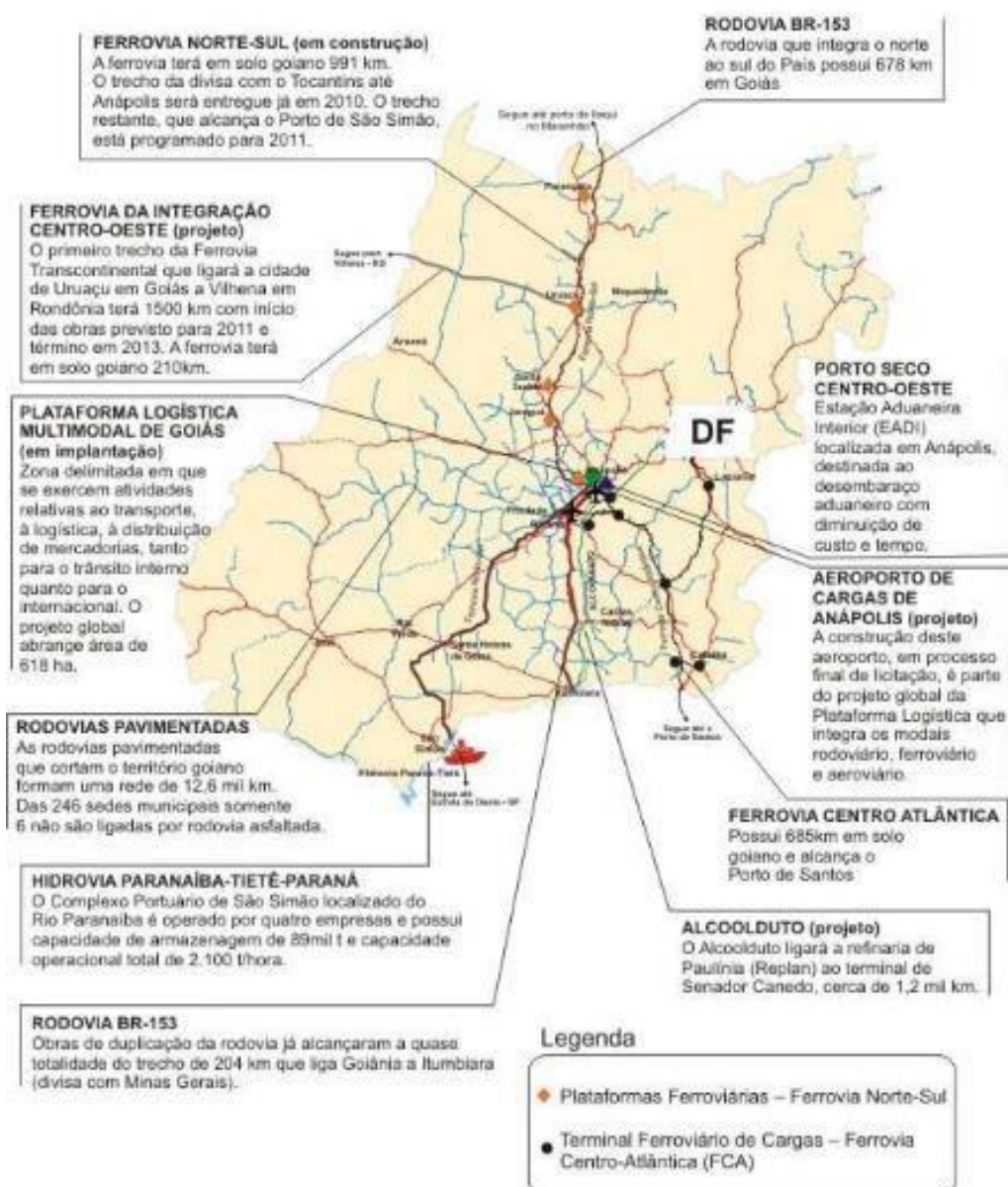
Diante do apresentado, pode-se afirmar que da metade da década de 1950 até o fim da década de 1960, as políticas governamentais, tanto do governo federal como do governo estadual, estiveram direcionadas à implantação de infraestrutura necessária para iniciar as transformações do espaço goiano para a implantação dos projetos de expansão agrícola e pecuária direcionados ao mercado internacional. O fim da década de 1960 foi o momento em que o governo goiano pensou nas estratégias de ações para implementar um amplo projeto de modernização da economia goiana, aumentando a capacidade de produção agrícola e pecuária e trazendo para o território goiano as indústrias de beneficiamento desses produtos, as chamadas agroindústrias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

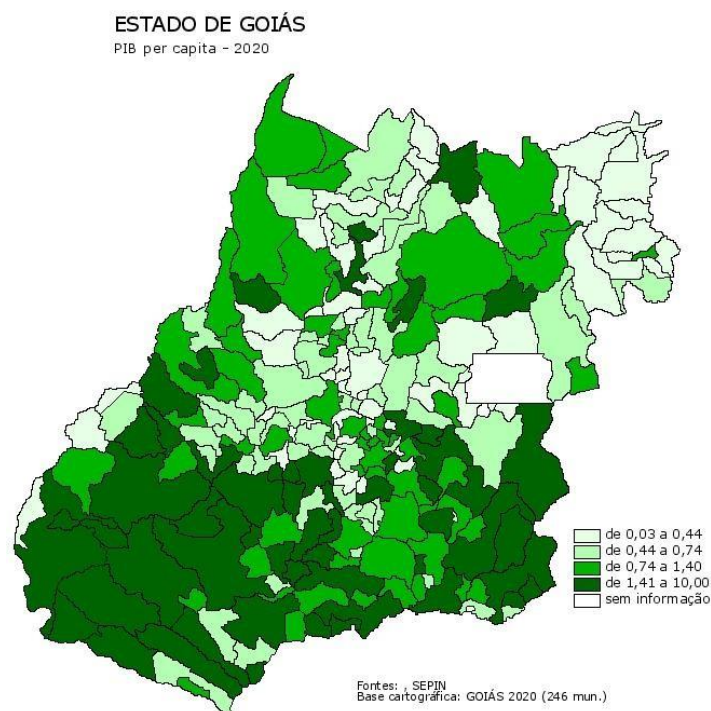
Em decorrência das políticas territoriais estatais provenientes da modernização do território brasileiro terem se efetivado, sobretudo, na região Sul de Goiás, essa mesma região passou a contar com uma maior rede técnica em detrimento da região Norte.

É possível perceber, no mapa abaixo (mapa 1), que a região Sul de Goiás é mais bem dotada no que tange a programas de integração logística e de transporte devido a maior produção/desenvolvimento da região em questão. Geograficamente, na região Sul de Goiás há um número maior de estradas, rodovias e plataformas multimodais implantadas para escoamento da produção de grãos que ocorre nessa região goiana.

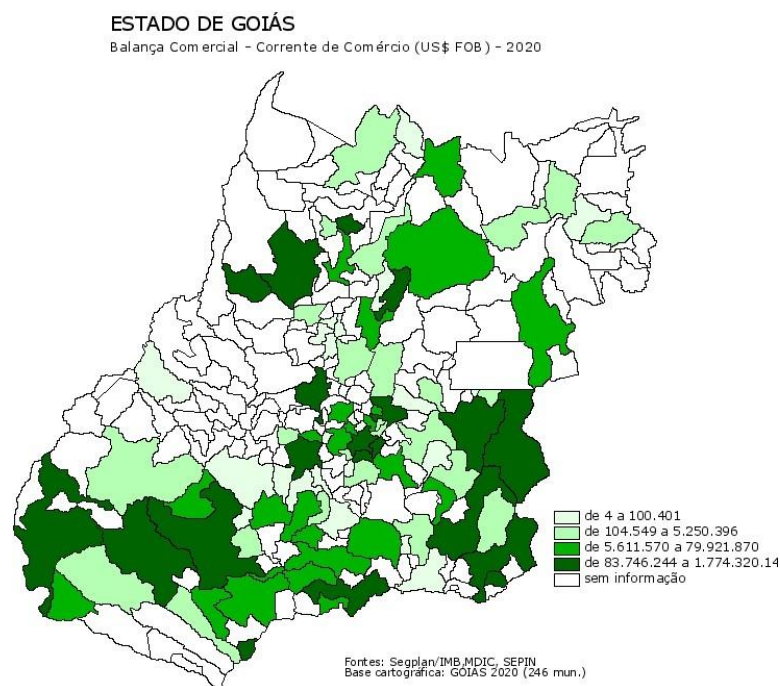
ESTADO DE GOIÁS: Logística de Transporte



Nos mapas abaixo (mapas 2, 3 e 4), é possível observar que, apesar da supremacia exercida pela capital goianiense, há uma centralidade econômica exercida pelos municípios do Sul, em decorrência das políticas territoriais alicerçadas na época da modernização do território brasileiro e pela proximidade com as regiões de maior dinâmica brasileira – regiões Sul e Sudeste.



Mapa 2

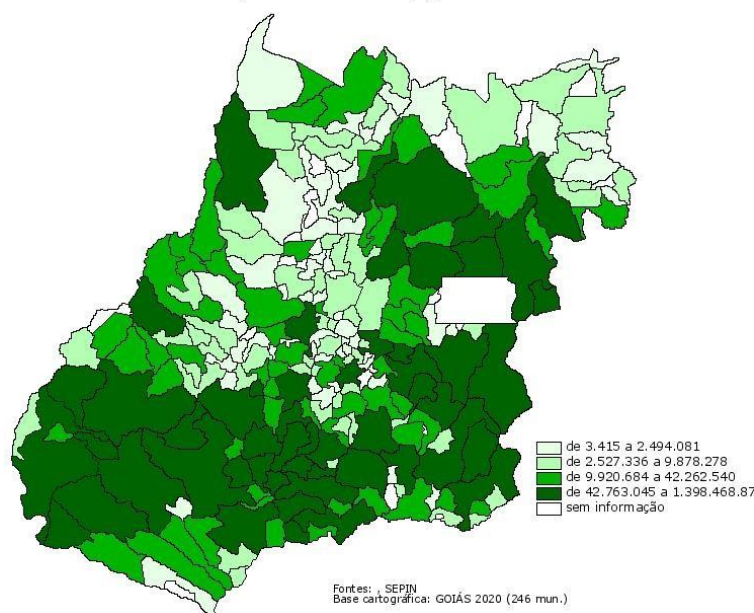


Mapa 3



ESTADO DE GOIÁS

Financiamentos à Agricultura - Valor - Total (R\$) - 2020



Mapa 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo evidenciar como o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano esteve atrelado ao projeto de modernização do território brasileiro através da atuação do Estado, via políticas territoriais, desencadeando uma diferencialidade socioeconômica do território goiano

Verifica-se que a modernização territorial do Brasil ocasionou o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano, sobretudo no espaço temporal compreendido entre 1930 à 1985, período em que ocorreu – e ocorre - uma intensa atuação do Estado pelas vias das políticas territoriais no território goiano.

Diante do discorrido, tem-se que a ação do Estado, via políticas territoriais, para a modernização do território brasileiro, desencadeou a regionalização socioeconômica entre Norte e Sul de Goiás mediante uma maior intervenção do Estado na porção sul do território goiano. Dessa forma, a região Sul de Goiás tornou-se mais desenvolvida socioeconomicamente do que a região norte do Estado.

Evidencia-se uma urbanização acelerada pelo esvaziamento no campo; uma maior rede técnica no Sul goiano e no entorno de Brasília, além de um maior número de municípios com maior PIB e maior balança comercial também na região Sul do território goiano.



REFERÊNCIAS:

- ARRAIS, Tadeu Alencar. **O território goiano: Uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém. 2007
- BORGES, Júlio César P. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do sertanejo e do território goiano**. 213f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.
- GONÇALVES NETO, Wanderley. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira 1960 a 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006b.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, jul/set. 1993.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- SALGADO, Tathiana Rodrigues Salgado. **Setor de serviços e a urbanização pretérita em Goiás**. Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.29-57, jul./dez. 2017

SITE CONSULTADO

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em :<https://www.imb.go.gov.br/bde/>